

Sarney adia visita também a Bogotá

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney decidiu ontem adiar a viagem oficial que faria à Colômbia dias 23, 24 e 25, informou o porta-voz interino do Itamaraty, Marco Antônio Brandão: "Em virtude dos trabalhos da Constituinte, o presidente Sarney considerou mais aconselhável permanecer no País". Ele manteve, no entanto, o compromisso de participar da reunião de cúpula do Grupo dos Oito, a realizar-se dias 27 e 28 em Acapulco, no México.

Segundo o Itamaraty, o próprio presidente comunicou a decisão ao presidente da Colômbia, Virgílio Barco, por telefone, ontem à tarde. A nova data da viagem de Sarney a Bogotá ainda não está acertada, mas só deverá ocorrer depois que a Assembleia Constituinte definir a duração de seu mandato. A viagem ao México não poderia ser adiada, mesmo que essa fosse a intenção do presidente, porque lá estarão reunidos para uma decisão conjunta sobre o envolvimento externo da América Latina os presidentes dos oito maiores países do continente.

GESTÕES DE ULYSSES

As atividades do multipresidente Ulysses Guimarães impediram o presidente Sarney de viajar para a Colômbia, segundo informaram, on-

tem, fontes do Planalto. Foi Ulysses quem pediu que Sarney reduzisse ao máximo possível seu tempo de ausência do País para que, ele próprio, na qualidade de presidente do Congresso Nacional — substituto imediato do presidente da República — não tivesse de se afastar por muito tempo dos trabalhos da Constituinte.

Ulysses pensou até em licenciarse da presidência do Congresso Nacional, mas concluiu que teria, também, de se afastar da presidência da Constituinte, de acordo com as fontes do Planalto. Por fim, decidiu-se a ponderar com Sarney a redução para três dias e meio do tempo em que este permaneceria fora do País.

Sarney resolveu cancelar a viagem para a Colômbia ainda na tarde de quarta-feira, mas só permitiu que a decisão se tornasse pública depois de comunicá-la ao presidente Barco. Não é oficial, mas as fontes do Palácio do Planalto acreditam que o presidente Sarney deva ir à Colômbia em dezembro. Para a viagem deste mês já estava tudo programado, com roteiro definido. Até uma equipe precursora já havia estado em Bogotá, acertando os detalhes da viagem do presidente. Essa equipe, por sinal, voltou preocupada com o nível de violência urbana e política da Colômbia e chegou a alertar o presidente Sarney para a necessidade de maior esquema de segurança.

Ulysses nomeia a consciência para juiz

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reagiu ontem às ameaças feitas pelo presidente José Sarney contra os constituintes, afirmando que a questão do mandato será definida de acordo com "a consciência e, principalmente, a opinião pública". Ulysses acrescentou que "ou a Constituição é soberana ou é suserana e não tem os requisitos de sua independência".

A declaração foi feita no início da tarde, quando Ulysses Guimarães, cercado por crianças gaúchas de três a quatro anos, acabava de ouvir apelos em favor da saúde, educação, segurança e alimentação para as crianças de todo o País. Em tom sereno, ele começou ressaltando que era, pessoalmente, a favor do presidencialismo e do mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

"Se a Constituinte inserir no corpo permanente da futura Constituição o mandato de cinco anos, não

vejo como discriminar quatro anos para o presidente Sarney", afirmou ressaltando que "a Constituinte e os constituintes vão orientar-se e decidir pela sua consciência". E enfatizou: "Ou a Constituinte é independente e soberana ou não tem condições de exercer o seu dever em termos de sua soberania. O juiz dos constituintes será a sua própria consciência e não o recibo de qualquer atitude que aqui tome". De acordo com Ulysses, o presidente Sarney, quando ameaçou tratar como inimigo o constituinte que votar pelos quatro anos, estava sentindo-se "discriminado e por isso essa reação".

A declaração de Ulysses Guimarães, de que a Constituinte era "soberana ou suserana", provocou uma corrida aos dicionários. De acordo com Aurélio Buarque de Holanda, suserano é um adjetivo para "o que possui um feudo, do qual outros dependem". Refere-se, ainda, aos "soberanos que têm vassalagem de Estados aparentemente autônomos".



"Primeiro, o interesse nacional"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Políticos que frequentam o círculo de amizades e que até foram ajudados eleitoralmente pelo presidente da República não se sentiram ameaçados pela advertência de que o voto a favor do mandato de quatro anos será considerado uma ofensa pessoal a Sarney. É o caso do deputado João Hermann Netto (PMDB-SP), amigo da família Sarney. "Para que o presidente saia do governo para a História é preciso que convoque um novo pacto nacional, que se fará inevitavelmente a partir do chamamento de todas as camadas da sociedade ao voto", disse o deputado, que está lutando por eleições diretas para a Presidência da República no ano que vem.

Ligado ao presidente há mais de 30 anos, o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) reconhece o apoio que recebeu de Sarney durante a campanha eleitoral, e adianta que retribuirá o gesto em qualquer situação. Mas faz uma ressalva: "Desde que não contrarie o interesse nacional". Esta é a forma de o senador justificar sua defesa das eleições em 88.

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) está em outra situação. Ele anunciou que votará pelo mandato de cinco anos, mas, mesmo as-

sim, o Palácio do Planalto demonstra insatisfação com sua atuação no Congresso. Ontem, o senador reagiu com bom humor à declaração do porta-voz Frota Neto de que, a partir de agora, o presidente fará distinção entre seus amigos e inimigos.

"Sou amigo de Zequinha e da Roseana desde quando ser filho do presidente do PDS era chaga social. Através deles, promovi contatos de Sarney com Ulysses Guimarães", lembra João Hermann. Esta condição, no entanto, não o impede de dizer que "o Brasil não suporta mais ser tutelado por alguém sem representatividade". Para o deputado, "o governo não tem mais a crença dos jovens nem o respeito dos velhos; distanciou-se de todas as forças que lhe davam sustentação".

João Hermann considera que Sarney "não tinha por que fazer um governo de realizações, como Washington Luiz ou Juscelino Kubitschek". Bastava ser o presidente que restaurasse a democracia, normalizasse as relações entre Estado e a nova sociedade, "devolvesse a fé ao povo". Por não acontecer isso, o deputado garante que votará pelo mandato de quatro anos na Constituinte.

"Voto pelas eleições em 88 na dupla qualidade de amigo do Brasil e de Sarney", afirma o senador Pompeu de Souza, reconhecendo que "o

presidente deve estar me considerando seu inimigo". Ele acha que, "quando o homem público assume um compromisso com o povo, deve cumpri-lo rigorosamente, sob pena de desmoralizar a classe política e a própria vida pública".

O argumento de Pompeu de Souza pelas diretas em 88 está baseado na mensagem que o próprio presidente enviou ao Senado no dia 7 de maio de 1985. "No texto, ele dizia que seu mandato deveria ser de quatro anos".

Na Constituinte, não há quem identifique os motivos pelos quais o Planalto estaria descontente com o desempenho de Jarbas Passarinho. O senador preside o PDS, partido teoricamente de oposição, mas apenas na área econômica, e assim mesmo por dois ex-ministros do Planejamento, Roberto Campos e Delfim Netto.

Passarinho atendeu ao chamado do presidente para formar um novo dispositivo político-parlamentar. Transmitiu as posições do governo aos pedessistas, que passaram a manter uma linha de oposição responsável. Há quem atribua a nomeação de Jader Barbalho para o Mirad ao reconhecimento do presidente Sarney pelo empenho do ex-governador na volta de Jarbas Passarinho ao Senado.

"Eu só temo ser inimigo do Brasil"

Importantes líderes empresariais paulistas não deram a menor importância à ameaça de Sarney: "Quem preferir quatro anos de mandato é meu inimigo". Carlos Eduardo Moreira Ferreira, 1.º vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), rebateu o presidente. E foi categórico ao afirmar: "Eu não temo ser inimigo do Sarney. Eu temo, isso sim, ser inimigo do Brasil". E Carlos Eduardo reafirmou sua posição pelos quatro anos de mandato presidencial.

Claudio Bardella acha que o "País está em convulsão. E preciso começar tudo outra vez". Para ele, a melhor forma de recomeçar é com eleições gerais em 1988, mas ele não acredita que "o Legislativo queira abdicar do poder conquistado para correr o risco de um novo julgamento popular". Sobre a declaração do presidente Sarney, Bardella acha que "não se trata de ir contra ele. O pensamento contrário ao dele é fruto da democracia pela qual muitos empresários lutaram". Salvador Firace, falando para vários outros empresários numa homenagem ao diretor da Cacex (Carteira de Comércio Exterior), Namir Salek, disse: "Ora o processo político, ora o governo. Se o governo não vier junto conosco val ficar a reboque". E acrescentou: "Diante desse processo de distorções, sou por eleições gerais logo no ano que vem".



"Juiz do constituinte é sua consciência", diz Ulysses

Entre liberais, cada cabeça uma sentença

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os dissidentes do PFL vão enviar carta ao presidente do partido, senador Marco Maciel, anunciando a disposição de apoiar emendas convocando eleições gerais em 1988, com direito à reeleição. A informação foi dada ontem pelo líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli.

"Estamos defendendo eleições gerais para dar uma chance a Sarney de mais cinco anos de mandato, porque vamos assegurar o direito à reeleição. Os governadores de Estado, que estão com prestígio redobrado, poderão também pleitear a reeleição, no exercício do cargo. É um tratamento igualitário. Queremos eleições sem sermos contra ninguém. O exemplo começará em casa porque vamos abdicar do restante do nosso mandato", disse Chiarelli.

O vice-líder Ricardo Izar (SP) discordou: "Quem tem condições físicas e mentais para nova campanha depois da luta do ano passado e do trabalho exaustivo da Constituinte? O País não aguentaria uma nova eleição em meio a crise econômica, financeira e social. Eleição em tempo de crise dá resultado injusto: o eleitor não vota a favor de idéias, vota contra tudo".

O líder José Lourenço, por sua vez, manifestava confiança na vitória dos cinco anos de mandato, afirmando: "Devemos obter em torno de 54 votos".

O certo, porém, é que o PFL está dividido. O presidente Marco Maciel, o líder Carlos Chiarelli, o ex-ministro da Educação, Jorge Bornhausen, os deputados Lúcio Alcântara (CE) e Alcei Guerra (PR) vão defender eleições gerais ano que entra.

Na Sistematização, a maioria quer 4 anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Uma consulta informal feita ontem por O Estado e Jornal da Tarde, entre 89 integrantes da Comissão de Sistematização, revelou que 37 votaram a favor dos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, 25 preferem cinco anos, e sete ainda estão indecisos. Deixaram de ser ouvidos 23 constituintes, que não se encontravam no Congresso. Supostamente apenas o relator Bernardo Cabral votará pelo cumprimento de seis anos de mandato para o presidente Sarney. Mas, parlamentares ligados a ele garantem que o deputado amazonense será solidário ao líder de seu partido na Constituinte, Mário Covas (PMDB), e acabará votando pelos quatro anos.

No PMDB, 22 constituintes anteciparam que votarão a favor dos quatro anos. E, dos seis indefinidos — Almir Gabriel, Francisco Pinto, José Serra, José Ulysses, Mário Lima e Fernando Gasparian —, pelo menos três votos, segundo informações de parlamentares, são considerados a favor dos quatro anos. E apesar de 13 constituintes peemedebistas não terem sido ouvidos, cálculos realizados por diversos parlamentares do partido indicam que o PMDB dará 30 votos a favor da redução do mandato do presidente.

Dos 24 representantes do PFL, o secretário-geral do partido, deputado Saulo Queiroz, garante que votará a favor dos quatro anos os seguintes constituintes: Sandra Cavalcanti, Carlos Chiarelli, Mendes Thame, Alcei Guerra e Francisco Dornelles. De outro lado, quatro deputados do PFL mineiro, que vão votar na Sistematização domingo, são favoráveis a cinco anos de mandato

para Sarney. Eles vão atender pedido do presidente de honra do partido, ministro Aureliano Chaves.

O ministro das Minas e Energia, alias, tem feito a mesma solicitação a pefelistas de outros estados e todos prometem lhe atender. São eles: Oscar Correia, Mário Assad, José Santana de Vasconcelos e Cristóvão Chiaradia. Para convencê-los, entretanto, Aureliano Chaves tem dito ao parlamentares do PFL, que sempre defendeu, juntamente com Ulysses Guimarães, a isonomia do mandato atual e dos próximos presidentes. Esta sua posição, porém, não agrada a boa parte do PFL dissidente, liderada por Marco Maciel e Jorge Bornhausen, que prefeririam que o ministro tivesse se definido pelas eleições presidenciais em novembro de 88.

Também foram consultados cinco dos seis parlamentares do PDS e todos votaram pelos cinco anos. Já os partidos de esquerda — PT, PDT, PSB, PCB, e PC do B — votaram pelo mandato de quatro anos, assim como os pequenos partidos PL, PDC e PNB, que, juntos, totalizaram dez votos pela redução do mandato presidencial. Dos três representantes do PTB, apenas Gastone Righi foi encontrado e oscila entre cinco e seis anos.

Estimativas de setores progressistas do PMDB indicam que a tese dos quatro anos de mandato já conquistou 45 votos dos 93 da Sistematização. Mas estas contagens foram feitas antes das declarações de quarta-feira do porta-voz Frota Neto, anunciando que Sarney passará a tratar como inimigos quem votar pela redução de seu mandato. Ontem, muitos constituintes ouvidos se mostravam irritados e ofendidos pela ameaça, o que pode levá-los a rever a sua disposição de votar pelos cinco anos.

É cedo para candidaturas, diz Aureliano

CAMPO GRANDE
AGÊNCIA ESTADO

"Todo sujeito precipitado, em qualquer atividade, mas particularmente na atividade pública, é candidato ao arrependimento, que gera prejuízo à coletividade." Esta foi a resposta do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, ao ser indagado se sua candidatura à Presidência da República pode ser lançada após o término dos trabalhos da Constituinte. Ele também negou a possibilidade de romper com o governo federal para se candidatar à sucessão de Sarney, justificando que nenhum político é candidato de si mesmo: "Temos de avaliar tudo na hora certa e, principalmente, ter apoio traduzido em voto", enfatizou o presidente de honra do PFL, ontem, em Dourados (MS).

Aureliano Chaves sorriu quando um jornalista observou que "as bases" o estariam empurrando para a disputa da sucessão presidencial: "A base só se manifesta através do voto direto. Dizer base para cá, base para lá, é fácil. Mas é preciso saber qual a representatividade." Ainda segundo Aureliano, por participar do processo de transição, "que pressupõe aceitar o jogo democrático e ter paciência na avaliação dos fatos políticos", sua candidatura, hoje, seria prematura.

O estilo de governo depende do mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Tão logo fique sabendo o resultado da votação de domingo, na qual a Comissão de Sistematização, entre outros itens, decidirá a duração do seu mandato, o presidente José Sarney pretende alterar seu estilo de governo: vai governar só com os amigos que lhe forem fiéis. A informação foi dada por alguns parlamentares que conversaram ontem com o presidente. Segundo eles, Sarney não ameaçará ninguém, mas está decidido, a partir de agora, a não prestigiar políticos que não o apoiem.

A declaração do presidente, no entanto, acabou provocando reações diferentes dos políticos presentes, ontem cedo, no plenário da Sistematização. Enquanto o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, e o deputado Daso Colmbra, um dos coordenadores do Centrão, defendem Sarney, alegando que o presidente havia apenas feito uma constatação ao afirmar que só poderiam votar pelo mandato de quatro anos os que se consideram seus inimigos, uma vez que a Sistematização já fixou em cinco anos o tempo de duração de mandato de presidentes da

República. Os líderes do PMDB Mário Covas (Constituinte) e Fernando Henrique Cardoso (Senado) admitiram que diversos parlamentares do PMDB, até então dispostos a votar a favor do mandato de cinco anos a Sarney, já não se sentem mais seguros, depois da declaração do presidente, anunciada pelo seu porta-voz.

A comunicação de Frota Neto também afetou o líder do PDC, deputado Siqueira Campos (GO), que admitiu que passou a ter dúvidas sobre o seu voto de domingo. Até antontem ele estava decidido por um mandato de cinco anos. Também o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL, reconheceu que a declaração do porta-voz pode alterar a tendência da Sistematização, favorável ao mandato de cinco anos. Apesar das reações contrárias às "ameaças" de Sarney, a votação de domingo ainda não está definida. O tempo que for aprovado terá margem reduzida de vantagem, já que os favoráveis ao mandato de cinco anos seriam cerca de 50 constituintes. "Pensei que político tivesse medo do Exército. Estou enganado. O político tem mesmo medo é do governo", ironizou Fernando Lyra, ex-ministro de Justiça de Sarney.

Protestos na comissão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização gastou os primeiros 60 minutos da reunião matutina de ontem com manifestações de protesto contra as advertências do presidente José Sarney. Quase todos os líderes falaram e nenhum acreditou na versão do líder do governo, Carlos Sant'Anna, de que o presidente não disse o que a imprensa, "malevolamente, distorceu". Para Sant'Anna, Sarney apenas fez uma constatação: votaria contra os cinco anos de mandato quem fosse seu inimigo.

Entre os que não aceitaram as explicações de Sant'Anna estava seu próprio vice-líder, deputado Antônio Brito (PMDB-RS), que exigiu, "como brasileiro e constituinte", que o Planalto diga hoje quem fala pelo governo. Ele pediu a definição porque a advertência partiu do porta-voz (até antontem) oficial da Presidência, Frota Neto.

Indignado, Brito observa que, se o governo pensa da forma como a advertência foi veiculada, o fato é muito grave "e a resposta será dada, no tempo oportuno, à altura". Mas,

caso não seja aquele o ponto de vista governamental, o presidente Sarney está na obrigação de dar um esclarecimento público.

Quem começou a seqüência de protestos contra as ameaças de Sarney foi o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), que considerou intempestivas as declarações do presidente e garantiu que a Comissão de Sistematização reagirá à altura. A seguir, o líder do PC do B, Haroldo Lima, perguntou: "O que fará Sarney com os que votarem contra os cinco anos, portanto seus inimigos? Mandará prendê-los?"

A esta altura, o deputado Carlos Sant'Anna fez sua primeira intervenção em defesa do governo, afirmando que Sarney jamais agiu com hostilidade em relação à Constituinte. "Ele é um parlamentar e democrata e o que afirmou não foi mais do que uma simples constatação óbvia. E isso foi maliciosamente explorado pela imprensa", afirmou ele.

Sant'Anna voltou ao microfone uma segunda vez depois de ouvir inflamados protestos de outros parlamentares (José Genóino, do PT, Roberto Freire, do PCB, e Nelson Carneiro, do PMDB).

Diretas-88, garante 'The Guardian'

O Brasil terá eleições presidenciais no ano que vem. Pelo menos é o que informa The Guardian, um dos mais respeitáveis jornais britânicos, ao lado de The Times, em sua edição de ontem. A correspondente do jornal em São Paulo, Jan Rocha, que ouviu políticos e empresários, até afirma que já surgiu um primeiro candidato a candidato: o empresário Antonio Ermírio de Moraes.

The Guardian afirma que as eleições-88 parecem certas, "na medida em que o governo do presidente José Sarney está se desfazendo feito um castelo de areia diante da maré crescente do descontentamento". Um descontentamento que tem, como pano de fundo "uma enorme inflação, greves, rebeliões de empresas contra o controle de preços, inquietação nos quartéis e conversas sobre golpes e desestabilização" contra um governo que "perdeu a iniciativa e se atrapalha na busca de soluções". O jornal comenta que "até mesmo o porta-voz presidencial deixou seu cargo, cansado de ter de explicar o inexplicável, e não se consegue en-

contrar alguém disposto a assumir o seu lugar".

Prossegue o Guardian: "No início da semana, os governadores de cinco dos mais importantes Estados brasileiros — São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco — realizaram uma reunião secreta para discutir o deterioramento da situação. Apenas três semanas antes, juntamente com 16 outros governadores, todos membros do PMDB, eles haviam assinado uma declaração prometendo apoio ao presidente e aos cinco anos de mandato que ele pleiteia. Depois da reunião desta semana, informaram que haviam se juntado ao grupo favorável aos quatro anos (esquerda), o que significa, na prática, eleições no ano que vem.

"Também na Assembleia Constituinte realizou-se, esta semana, a primeira votação relativa à duração do mandato do presidente Sarney, e a tendência majoritária foi clara: quatro anos. O presidente Sarney continua resistindo ao movimento cada vez mais intenso no sentido de uma redução do seu mandato. Cancelou uma viagem às regiões afetadas pela

seca no Nordeste do País, para ficar em Brasília e acompanhar de perto os desdobramentos políticos. O seu novo coordenador político, deputado Prisco Viana, favorável, no passado, ao regime militar, recebeu o Ministério da Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, juntamente com verbas adicionais, para ajudar na tarefa de persuasão.

"O slogan 'Sarney fora' já foi assumido por moderados e conservadores, inclusive pela comunidade empresarial, que, praticamente, lançou candidato próprio, o diretor-presidente da maior empresa privada brasileira, Antonio Ermírio de Moraes.

"O bem-sucedido desafio ao controle oficial de preços, lançado pelas empresas automobilísticas Ford e Volkswagen, que no Brasil operam em conjunto sob o nome de Autolatina, desmoralizou seriamente o governo. E as esperanças do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, quanto a uma baixa permanente da inflação, por meio de cortes drásticos nos salários reais e através do controle de preços, também malograram. A in-

flação se aproxima da marca dos 12% este mês; a projeção para dezembro é de 15% e alguns economistas já prevêem uma inflação de 20% em janeiro. Tanto os sindicatos quanto as empresas responsabilizam o governo, que fracassou em reduzir o déficit público e diminuir seus gastos com projetos extravagantes.

"Até mesmo o acordo provisório com os bancos norte-americanos, credores de dois terços da dívida externa brasileira, que atinge 110 bilhões de dólares, trouxe pouco conforto ao governo. Para o PMDB, o acordo foi uma liquidação, um final para a moratória e um retorno ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em troca de nada. Mas, por motivos táticos, os líderes do partido apoiaram o acordo, embora a contragosto, ressaltando que o apoio ao presidente está garantido apenas até que a nova Constituição fique pronta, no começo do ano que vem. A última chance de Sarney tomar a iniciativa, portanto, concluiu o Guardian, seria "ele mesmo propor eleições através de uma emenda constitucional".